



DECISÃO DO RECURSO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.064/2025

Processo de Recurso nº 33.411/2025 - Processo Licitatório n.º 11.419/2024, referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90.064/2025, que tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS, para atender as necessidades das dependências da nova Unidade de Urgência e Emergência em Lumiar.**

Trata-se o presente processo administrativo de **RECURSO** interposto, **tempestivamente**, pela empresa **ETP - EQUIPAMENTOS TERAPEUTICOS PERSONALIZADOS COMERCIO LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 58.426.628/0001-33, com fulcro no artigo 165, inciso I, da Lei n.º 14.133/2021, por intermédio de seu respectivo representante legal, contra os termos da decisão de habilitação das empresas **JF COMERCIO DE MATERIAL E MEDICAMENTOS**, inscrita no CNPJ nº 22.525.517/0001-37, e **M. CARREGA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, inscrita no CNPJ nº 32.593.430/0001-50, no bojo do Pregão Eletrônico n.º **90.064/2025**.

I) DOS FATOS

Encerrada a fase de habilitação do Pregão Eletrônico supracitado, foi aberto o prazo para manifestação de intenção de recursos, tendo sido apresentada intenção/proposição no dia 08/09/2025, tempestivamente, pela empresa **ETP - EQUIPAMENTOS TERAPEUTICOS PERSONALIZADOS COMERCIO LTDA.**, doravante denominada Recorrente, contra a decisão que



Comissão Permanente de Pregão III

habilitou as empresas **JF COMERCIO DE MATERIAL E MEDICAMENTOS** e **M. CARREGA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, doravante denominadas Recorridas, **como provisoriamente vencedoras, respectivamente, dos itens 32 e 33**. A intenção é aceita de forma automática pelo Sistema ComprasGov.br, sem a necessidade de juízo de admissibilidade.

II) DOS RECURSOS

A Recorrente, tempestivamente, interpôs, por meio do Sistema de Compras do Governo Federal, recurso objetivando a modificação da decisão de habilitação, alegando oposição à fase de julgamento das propostas apresentadas pelas empresas Recorridas, no que tange, respectivamente, aos itens de n.º 32 e 33. Para melhor clareza e análise, subdivido a seguir a síntese das alegações apresentadas:

- Item 32: a Recorrente alega que, apesar da proposta descrever objeto idêntico ao previsto no Edital, o produto apresentado em catálogo pela Recorrida JF COMERCIO DE MATERIAL E MEDICAMENTOS HOSPITALES LTDA não atende às especificações do Termo de Referência, evidenciando no modelo apresentado, da marca Olimedica, as seguintes divergências: **quanto ao tipo de braço**, o edital solicita “apoio de braços escamoteáveis”, o modelo ofertado (RX40) possui **braços fixos**; **em relação ao apoio para os pés**, o Termo de Referência determina que seja “removível”; entretanto, o equipamento ofertado possui **apoio de pés fixo**, contrariando a exigência editalícia; **no que diz respeito à capacidade de carga**, o Edital estabelece que o equipamento suporte “mínima de **100 kg**”, contudo, o modelo ofertado possui **capacidade máxima de apenas 90 kg**.
- Item 33: a Recorrente sustenta que o produto apresentado pela empresa M. CARREGA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, identificado como sendo da marca Prolife, não atende aos requisitos estipulados no Termo de Referência, apesar de a descrição da



Comissão Permanente de Pregão III

proposta estar aparentemente em conformidade com o objeto licitado. De acordo com a documentação apresentada, foram verificadas as seguintes inconformidades no modelo ofertado, **capacidade de peso**: enquanto a exigência do edital é de “capacidade mínima de 180 kg”, o modelo disponibilizado informa suporte de até 130 kg, inferior ao exigido.

III) DAS CONTRARRAZÕES

Concedido o prazo legal para manifestação, as empresas recorridas deixaram de apresentar contrarrazões.

IV) DAS CONSIDERAÇÕES DO PREGOEIRO

O presente processo licitatório foi conduzido em estrita observância aos princípios e regras estabelecidos na Lei.º 14.133/2021.

A controvérsia trazida no recurso diz respeito à conformidade do produto ofertado pelas empresas Recorridas com as exigências estabelecidas no Termo de Referência, Anexo II do Edital.

No que se refere à análise técnica das propostas das empresas Recorridas, cabe ressaltar que foi solicitada manifestação formal do Órgão requisitante, acerca das especificações dos produtos ofertados. Em resposta, a área técnica manifestou-se favoravelmente, após análise do catálogo.

Desta feita, trata-se, portanto, de questão de natureza estritamente técnica, cuja análise ultrapassa a esfera de competência da Pregoeira. Assim, nos termos do princípio da segregação de funções (art. 11, inciso I, da Lei nº 14.133/2021), a decisão quanto ao atendimento das especificações técnicas deve estar fundamentada em parecer técnico emitido pelo setor responsável da unidade requisitante.



Comissão Permanente de Pregão III

V) DA ANÁLISE TÉCNICA

Diante do exposto, o presente processo foi encaminhado à Secretaria Municipal de Saúde, unidade requisitante do certame, para análise e manifestação quanto aos aspectos técnicos suscitados no recurso, nos termos do artigo 168 da Lei nº 14.133/2021 e do subitem 23.11 do Edital do Pregão Eletrônico nº 90.064/2025.

Após análise detalhada dos itens impugnados, a Secretaria manifestou-se quanto ao Item 32, verificou-se que os modelos de cadeiras apresentados pelas empresas habilitadas atendem integralmente às especificações constantes do Termo de Referência, conforme comprovado pelos respectivos registros dos produtos junto à ANVISA, porém para o Item 33, as razões apresentadas pela empresa recorrente foram acolhidas, considerando-se procedentes as alegações apresentadas quanto às características técnicas do item.

VI) DA DECISÃO DO PREGOEIRO

Diante do exposto, considerando o teor das razões recursais e as considerações apresentadas, com fulcro no artigo 165, §2º, da Lei 14.133/2021, **CONHEÇO** do recurso interposto no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 90.064/2025, e no mérito, **NEGO PROVIMENTO PARCIALMENTE**, mantendo a decisão de habilitação anteriormente proferida para o **item 32** e alterando a decisão de habilitação anteriormente proferida para o **item 33**, pugnano pela volta de fase do certame, em obediência aos Princípios da Legalidade, Vinculação ao Edital e Segurança Jurídica.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
L I C I T A Ç Õ E S E
P L A N E J A M E N T O

Comissão Permanente de Pregão III

Por fim, informamos que esta decisão será publicada na íntegra em <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao/> e seu extrato em <http://www.comprasnet.gov.br>.

Nova Friburgo, 14 de outubro de 2025.

Fernanda Medeiros Rodrigues

Pregoeira – Comissão Permanente de Pregão III

Matrícula nº 468.036